

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem
documental no Brasil
Burocracia
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER
o & Administração
2
go.1980

,00

100-2244

*Ciclo do ouro, dois séculos de história microfilmada**



Vista geral da Casa dos Contos

Com a desativação da Casa dos Contos de Ouro Preto, em 1897, o seu acervo — constituído de documentos da administração fazendária brasileira de 1715 a 1860 — foi considerado arquivo "morto", deixado inicialmente em depósito na antiga Vila Rica e depois disperso entre o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. A microfilmagem, iniciada este mês no Arquivo Nacional, de cerca de 900 mil documentos referentes ao Ciclo do Ouro dá seqüência ao trabalho que o Ministério da Fazenda — através da Escola de Administração Fazendária (ESAF) —, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e a Fundação Roberto Marinho vêm desenvolvendo no sentido de reunir o acervo original da Casa dos Contos, hoje completamente restaurada e sede do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO).

A Casa dos Contos ou casa da contabilidade pública, instalada em 1793 na antiga residência de João Rodrigues de Macedo — avaliada pela Coroa em 125K de ouro —, foi transformada, com a independência do Bra-

sil, em Delegacia do Tesouro Nacional. Transferida em 1897 para Belo Horizonte, a Delegacia levou apenas os seus arquivos operacionais, deixando em depósito toda a documentação anterior a 1860, considerada morta.

No início do século XX, cerca de 70 por cento desta documentação foi doada ao Arquivo Nacional que, não tendo condições de realizar uma seleção arquivística, cedeu parte do acervo à Biblioteca Nacional. O restante do acervo, que por pouco escapou da destruição numa fábrica de papel, foi encaminhado ao Arquivo Público Mineiro, sendo, então, organizado e indexado.

Completamente restaurada pelo Ministério da Fazenda, a Casa dos Contos — transformada em sede do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro — foi entregue, em 1974, ao uso dos estudiosos, pesquisadores e ao público em geral.

Com a microfilmagem dos documentos existentes no Arquivo Nacional, inicia-se uma nova fase para o CECO, que já conta com equipamentos de microfilmagens, processamentos de filmes, reprografia e leitura de microfilmes, uma biblioteca de história do Brasil — composta de oito mil

volumes —, microfilmes de 120 mil documentos relativos ao Ciclo de Ouro e doados pela Caixa Econômica Federal, além da terça parte do acervo original da Casa dos Contos, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, em forma de microfilmes.

São cerca de 900 mil documentos que, através do convênio, assinado ano passado, entre o Ministério da Fazenda, o Arquivo Nacional e a Fundação Roberto Marinho, foram preparados e catalogados e estão, agora, sendo microfilmados, numa média de três mil fotogramas por dia.

Numa fase posterior, será desenvolvido um sistema de indexação com múltiplas entradas, que facilitará a consulta destes microfilmes, como explica José Carlos Barboza, coordenador de Projetos Culturais da Fundação Roberto Marinho.

— Uma equipe, composta por estudantes de História, analisará todos os documentos, destacando *datas, locais, nomes das pessoas envolvidas e assuntos*. Estes dados, submetidos ao computador, constituirão uma espécie de catálogo, que permitirá a consulta imediata de qualquer coisa relacionada a um desses quatro itens, poupando tempo e facilitando o trabalho.

* Extraído de *O Globo*,
Rio de Janeiro, 27 abr. 1980, p.3.

Este sistema de indexação é praticamente inédito e mereceu, inclusive, a atenção de um técnico da Unesco que veio especialmente ao Brasil para ver como ele funciona. Para cada documento serão feitas três cópias microfilmadas: o microfilme original pertencerá ao Arquivo Nacional — resguardando a documentação verdadeira do desgaste causado pelo manuseio constante — e as demais cópias integrarão o acervo do Museu da Fazenda, do Arquivo Público Mineiro e da Casa dos Contos.

O processo de microfilmagem não é desconhecido do Arquivo Nacional que, através de convênios com entidades públicas e privadas, vem microfilmando diversos documentos, escrituras

etc. Recentemente, por exemplo, toda a documentação referente a Joaquim Nabuco foi microfilmada — enriquecendo o acervo do Arquivo Nacional e ampliando as nossas fontes de pesquisa — antes de ser doada pela família do abolicionista ao Instituto Joaquim Nabuco, no Recife.

Dentro deste espírito de cooperação, o CECO — revitalizado em 1979 com a implantação de um Núcleo de Pesquisas da Escola Superior Fazendária na Casa dos Contos — pretende, ainda, microfilmar o restante do acervo da Casa dos Contos, sob a guarda da Biblioteca Nacional.

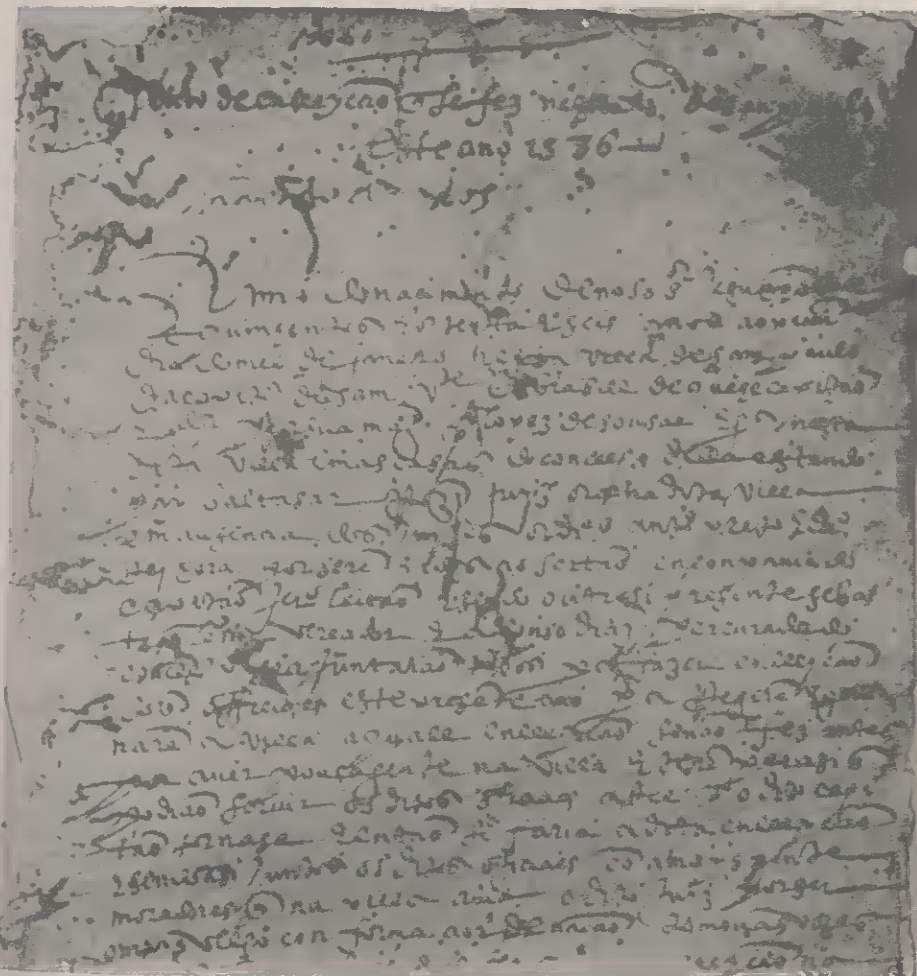
Concluída até o final de 80 a reconstituição de seu acervo original, a coleção da Casa dos Contos, os estudos

e pesquisas a cargo do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro deverão progredir para a análise da documentação reunida, a publicação dos trabalhos realizados e a extensão da microfilmagem e a catalogação da documentação correlata relativa ao mesmo período.

Reintegrado à Casa dos Contos, o acervo documental referente ao Ciclo do Ouro representa dois séculos marcantes não só para a história do Brasil como também para a humanidade: cerca de 70 por cento da produção de ouro deste período, proveniente das Minas Gerais e responsável pelo desenvolvimento industrial europeu e as mutações sociais decorrentes, passou pela Casa dos Contos, de Ouro Preto.

A desordem documental no Brasil*

José Honório Rodrigues



Desde o período colonial perdem-se documentos no Brasil, aos montes. Escreveu Capistrano de Abreu que os portugueses e seus herdeiros nunca foram cuidadosos com documentos. Acrescente-se a isso a idéia do sigilo, que desde a Descoberta, até o Serviço de Segurança, esconde documentos, evita sua publicidade e acaba por perdê-los, pelo menos, do conhecimento público.

Muito se desconhece por falta de documentos ou por excesso de esconderijo. Havia, ainda, a contar, desde o período colonial, os naufrágios, que engoliam e destruíam documentos. Por isso, faziam-se três cópias, e duas iam à Metrópole em navios diferentes. A que ficava no Brasil, quer na Bahia, quer no Maranhão, quer no Rio de Janeiro, poderia sofrer, como sofreu, incêndios destruidores.

Além disso, as autoridades costumavam e costumam levar para casa papéis para despacho, e não os devolvem às repartições públicas. Mais tarde, as famílias desinteressadas por aqueles papéis destroem-nos com ou sem fogueira. Conta-se que Euzébio de Queiroz, autoridade máxima do Brasil dos anos 50 do século passado, desiludido com a política, destruiu seu arquivo. E outros seguiram esse método de evitar o conhecimento da vida

* Extraído de *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1980. Caderno Cultura, p. 16.

**Sugestão aos
arquivistas:
peguem parte
do seu dinheiro
todo mês
e arquivem
na letra P**

Poupança, Caderneta de
Quem poupa conquista o que
a vida tem de melhor.